



## **RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 02 DE MARÇO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE O EDITAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA - RJ – CMDCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFORME PRECONIZA A LEI 8.069/90 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, A RESOLUÇÃO Nº 152/2012 / RESOLUÇÃO Nº 170/2014; ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022, EXPEDIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA, E A LEI MUNICIPAL Nº 1393 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2006, TORNA PÚBLICO O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUATRIÊNIO 2024/2027, SENDO REALIZADO SOB A RESPONSABILIDADE DESTES E A FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MEDIANTE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

### **1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1.** O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR É REGIDO POR ESTE EDITAL, APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARARUAMA - RJ.

**1.1.1.** A COMISSÃO ORGANIZADORA DESIGNADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COMPOSTA PARITARIAMENTE DENTRE OS MEMBROS DO ALUDIDO CONSELHO, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 02/2023 É A RESPONSÁVEL POR TODA A CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA.

**1.2.** O PROCESSO DESTINA-SE À ESCOLHA DE 05 (CINCO) MEMBROS TITULARES E 05 (CINCO) MEMBROS SUPLENTE, PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PARA O MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, PERMITIDA A RECONDUÇÃO, MEDIANTE NOVO PROCESSO DE ESCOLHA.



### **1.3. DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR:**

1.3.1. O CONSELHO TUTELAR É ÓRGÃO PERMANENTE E AUTÔNOMO, NÃO JURISDICIONAL, ENCARREGADO PELA SOCIEDADE DE ZELAR PELO CUMPRIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CUMPRINDO AS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ART.136. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) .

1.3.2. CABE AOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, AGINDO DE FORMA COLEGIADA, O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NOS ART. 18-B PAR.ÚNICO; 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, TODOS DA LEI nº 8.069/90, OBSERVADOS OS DEVERES E VEDAÇÕES ESTABELECIDOS POR ESTE DIPLOMA, ASSIM COMO PELA LEI MUNICIPAL nº 1.096/2001 E ALTERAÇÕES DA LEI 1.568/2009.

### **1.4. DA REMUNERAÇÃO:**

1.4.1. OS CONSELHEIROS TUTELARES PERCEBERÃO PELO DESEMPENHO DA FUNÇÃO, A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO REMUNERAÇÃO MENSAL NUNCA INFERIOR AO VALOR ATRIBUÍDO AO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR TÉCNICO, ATUALMENTE NO VALOR DE R\$ 1.800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS), CARGO INTEGRANTE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

1.4.2. SE O SERVIDOR MUNICIPAL FOR ELEITO PARA O CONSELHO TUTELAR, PODERÁ OPTAR ENTRE O VALOR DA REMUNERAÇÃO DO CARGO DE CONSELHEIRO OU O VALOR DE SEUS VENCIMENTOS INCORPORADOS, FICANDO-LHE GARANTIDOS:

- I. O RETORNO AO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO QUE EXERCIA, ASSIM QUE FINDO O SEU MANDATO;
- II. A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, EXCETO PARA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO.

### **1.5. DA FUNÇÃO E CARGA HORÁRIA:**

1.5.1. A JORNADA DE TRABALHO DE CONSELHEIRO TUTELAR É DE 40 HORAS SEMANAIS, MAIS REGIME DE PLANTÃO, CONFORME DEFINIDO NA LEI MUNICIPAL Nº 1.568 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.



1.5.2. A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR É DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, SENDO INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DE OUTRA FUNÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA.

1.5.3. O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR NÃO CONFIGURA VÍNCULO EMPREGATÍCIO OU ESTATUTÁRIO COM O MUNICÍPIO.

## **2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. AS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATURA A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR REGER-SE-ÃO PELO DISPOSTO NOS ARTIGOS 133 E 139 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E PELO DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº1393/06.

2.2. AS INSCRIÇÕES PARA OS CANDIDATOS SERÃO REALIZADAS DO DIA 10/04/2023 até 10/05/2023 , NO HORÁRIO DAS 09 H ÀS 13 H, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, SITUADA NA RUA JOAQUIM ANDRADE, 40 - CENTRO – ARARUAMA - RJ.

2.3.SOMENTE SERÁ APTO A SE CANDIDATAR AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR QUEM SE INSCREVER DENTRO DO PRAZO FIXADO NO ITEM 2.2, OPORTUNIDADE NO QUAL DEVERÁ APRESENTAR CÓPIA AUTENTICADA DE CARTEIRA DE IDENTIDADE E DO CPF E COMPROVAR O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS QUE SÃO:

- a) SER PESSOA DE RECONHECIDA IDONEIDADE MORAL,
- b) TER IDADE SUPERIOR A VINTE E UM ANOS,
- c) RESIDIR NO MUNICÍPIO HÁ NO MÍNIMO 2 ANOS,
- d) ESTAR NO GOZO DE SEUS DIREITOS POLÍTICOS, SER ELEITOR DO MUNICÍPIO HÁ NO MÍNIMO 2 ANOS;
- e) ENSINO SUPERIOR COMPLETO,
- f) NÃO TER SIDO PENALIZADO COM A DESTITUIÇÃO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, EM DECLARAÇÃO FIRMADA PELO CANDIDATO,
- g) COMPROVAR EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO EM ATIVIDADES LIGADAS À PROMOÇÃO, DEFESA E ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, EM DECLARAÇÃO FIRMADA PELO CANDIDATO, POR MEIO DE FORMULÁRIO PRÓPRIO, EM QUE CONSTE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA, O



TOMADOR DO SERVIÇO (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA) E O PERÍODO DE ATUAÇÃO, CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELO CMDCA. PARA EFEITO DESTE EDITAL, CONSIDERA-SE COMO EXPERIÊNCIA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR:

- a) PROFESSORES, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO (PEDAGOGOS), DIRETORES E COORDENADORES DE ESCOLA, BIBLIOTECÁRIOS E AUXILIARES DE SECRETARIA ETC.;
- b) PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, AUXILIARES DE ENFERMAGEM ETC.;
- c) PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E OUTROS QUE ATUAM EM PROJETOS, PROGRAMAS E SERVIÇOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIAS;
- d) EMPREGADOS OU VOLUNTÁRIOS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS QUE ATUAM NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E NA DEFESA DOS DIREITOS DESSE SEGMENTO.

2.4- O CANDIDATO DEVERÁ ESTAR MUNIDO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ATO DA INSCRIÇÃO:

- I- REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO FORNECIDA PELO CMDCAA;
- II- CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR, COMPROVADO POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE DIPLOMA, HISTÓRICO ESCOLAR OU DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO EMITIDO POR ENTIDADE OFICIAL DE ENSINO, TER CONCLUÍDO O ENSINO SUPERIOR ATÉ O DIA DA POSSE;
- III - CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE E DO CPF (AUTENTICADOS);
- IV - COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA;
- V - CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR.

2.5. DAS DEMAIS CONSIDERAÇÕES NO ATO DA INSCRIÇÃO:

- A) NÃO SERÁ HOMOLOGADA INSCRIÇÃO FALTANDO DOCUMENTO;
- B) O RECONHECIMENTO DA IDONEIDADE MORAL DO CANDIDATO, SERÁ PROMOVIDO ATRAVÉS DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES JUDICIAIS NEGATIVAS CRIMINAIS;



C)SERÁ ACEITO COMO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, CÓPIA DE GUIA DE COBRANÇA DE SERVIÇO PÚBLICO (ÁGUA , LUZ , TELEFONE) EMITIDOS EM NOME DO CANDIDATO.

### **3. DO PROCESSO DE ESCOLHA**

3.1. O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR SERÁ REALIZADO EM 3 ETAPAS:

- I. INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS, A PARTIR DA ANÁLISE DOS REQUISITOS DO ITEM 02 DESTE EDITAL;
- II. PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
- III. ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS POR MEIO DE VOTO.

### **4. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS**

4.1. A INSCRIÇÃO DO CANDIDATO IMPLICARÁ O CONHECIMENTO E A TÁCITA ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO PROCESSO, TAIS COMO SE ACHAM DEFINIDAS NESTE EDITAL, ACERCA DAS QUAIS NÃO PODERÁ ALEGAR DESCONHECIMENTO.

4.2. ANTES DE EFETUAR A INSCRIÇÃO, O CANDIDATO DEVERÁ CONHECER O EDITAL E CERTIFICAR-SE DE QUE PREENCHE TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A INVESTIDURA NA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

4.3. AS INSCRIÇÕES FICARÃO ABERTAS NO PERÍODO DE 10/04/2023 até 10/05/2023;

4.4. AS INSCRIÇÕES SERÃO FEITAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

4.5. NO ATO DE INSCRIÇÃO O CANDIDATO, PESSOALMENTE OU POR MEIO DE PROCURAÇÃO, DEVERÁ:

- a) PREENCHER REQUERIMENTO, EM MODELO PRÓPRIO QUE LHE SERÁ FORNECIDO NO LOCAL, NO QUAL DECLARE ATENDER AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA INSCRIÇÃO E SE SUBMETER ÀS NORMAS DESTE EDITAL;



b) APRESENTAR ORIGINAL OU FOTOCÓPIA DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE DE VALOR LEGAL NO QUAL CONSTE FILIAÇÃO, RETRATO E ASSINATURA;

c) APRESENTAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 2.3 DESTE EDITAL.

4.6. A AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS ACARRETERÁ O INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO.

4.7. A QUALQUER TEMPO PODER-SE-Á ANULAR AS INSCRIÇÕES, AS PROVAS E/OU NOMEAÇÃO DO CANDIDATO, CASO SE VERIFIQUE QUALQUER FALSIDADE NAS DECLARAÇÕES E/ OU QUALQUER IRREGULARIDADE NAS PROVAS E/OU DOCUMENTOS APRESENTADOS.

4.8. A Lei 13.824 de 09 DE MAIO de 2019 , VERSA SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 132 DA LEI 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990 E PASSA A DISPOR SOBRE A RECONDUÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES.

4.9. A RELAÇÃO NOMINAL DOS CANDIDATOS, CUJA INSCRIÇÃO FOR DEFERIDA, SERÁ AFIXADA NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA CÂMARA DE VEREADORES, NAS SEDES DO CONSELHO TUTELAR, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), COM CÓPIA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO.

## **5. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO**

5.1. INTEGRARÁ O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES UMA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DE CARÁTER ELIMINATÓRIO, A SER ELABORADO POR DEFINIÇÃO DO CMDCAA, DEVENDO SEGUIR OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

A) A PROVA DE CONHECIMENTOS VERSARÁ SOBRE A LEI FEDERAL Nº. 8.069/90- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) ATUALIZADA PELA LEI FEDERAL 12.696/12;

B) HAVENDO POSSIBILIDADE, ANTECEDERÀ A PROVA UMA SESSÃO DE ESTUDO DIRIGIDO, ACERCA DAS NORMAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, BEM COMO SOBRE AS PECULIARIDADES E ASPECTOS



PRÁTICOS DO FUNÇÃO DO CONSELHEIRO; A SER MINISTRADA PELO(A) PROMOTOR(A) DA VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ARARUAMA;

C) O NÃO COMPARECIMENTO AO EXAME DE AFERIÇÃO EXCLUI O CANDIDATO DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO;

D) OS CANDIDATOS APROVADOS NA PROVA DE AFERIÇÃO E NÃO IMPUGNADOS PELO C.M.D.C.A.A , ESTARÃO APTOS A PARTICIPAR DO PROCESSO DE ESCOLHA.

E) SERÃO APROVADOS AQUELES QUE ATINGIREM NO MÍNIMO 50% DA PONTUAÇÃO TOTAL ATRIBUÍDA À PROVA;

5.2. A PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO AVALIARÁ A CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO DO TEXTO LEGAL.

5.3. A PROVA CONSTARÁ DE 20 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, COM 4 ALTERNATIVAS PARA CADA QUESTÃO, SENDO CADA QUESTÃO NO VALOR DE 01 PONTO, NO TOTAL DE 20 PONTOS.

5.4. O CANDIDATO TERÁ 2(DUAS) HORAS PARA REALIZAR A PROVA.

5.5. A PROVA SERÁ REALIZADA NO DIA 28/06/2023, COM INÍCIO ÀS 14:00 H COM TÉRMINO ÀS 16:00 H, EM LOCAL A SER DEFINIDO.

5.6. CASO HAJA NECESSIDADE DE ALTERAR DIA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS, A COMISSÃO ORGANIZADORA PUBLICARÁ AS ALTERAÇÕES, EM TODOS OS LOCAIS ONDE O EDITAL TIVER SIDO AFIXADO, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE CINCO (05) DIAS.

5.7. É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO ACOMPANHAR NOS LOCAIS ONDE O EDITAL FOR PUBLICADO EVENTUAIS ALTERAÇÕES NO QUE DIZ RESPEITO AO DIA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS.

5.8. OS CANDIDATOS DEVERÃO COMPARECER AO LOCAL DA PROVA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) MINUTOS, ANTES DA HORA MARCADA PARA O SEU INÍCIO, MUNIDOS DE LÁPIS, BORRACHA, CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA AZUL OU PRETA, PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO E DE DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE.



5.9. NO MOMENTO DA PROVA NÃO SERÁ PERMITIDA CONSULTA A TEXTOS LEGAIS NEM TAMPOUCO À DOCTRINA SOBRE A MATÉRIA.

5.10. EM HIPÓTESE ALGUMA HAVERÁ PROVA FORA DO LOCAL E HORÁRIO DETERMINADOS, OU SEGUNDA CHAMADA PARA AS PROVAS.

5.11. SERÁ EXCLUÍDO DO PROCESSO DE ESCOLHA O CANDIDATO QUE, POR QUALQUER MOTIVO, FALTAR ÀS PROVAS OU, DURANTE A SUA REALIZAÇÃO, FOR FLAGRADO COMUNICANDO-SE COM OUTRO CANDIDATO OU COM PESSOAS ESTRANHAS, POR GESTOS, ORALMENTE, POR ESCRITO, POR MEIO ELETRÔNICO OU NÃO.

5.12. SERÁ AUTOMATICAMENTE EXCLUÍDO DO PROCESSO DE ESCOLHA O CANDIDATO QUE NÃO DEVOLVER A FOLHA OFICIAL DE RESPOSTAS OU DEVOLVÊ-LA SEM ASSINATURA.

5.13. O CANDIDATO, COM DEFICIÊNCIA OU NÃO, QUE NECESSITAR DE QUALQUER TIPO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS DEVERÁ SOLICITÁ-LA, POR ESCRITO, NO ATO DA INSCRIÇÃO, INDICANDO OS RECURSOS ESPECIAIS MATERIAIS E HUMANOS NECESSÁRIOS, O QUAL SERÁ ATENDIDO DENTRO DOS CRITÉRIOS DE VIABILIDADE E RAZOABILIDADE.

5.14. A CANDIDATA INSCRITA EM FASE DE AMAMENTAÇÃO QUE SENTIR NECESSIDADE DE AMAMENTAR DURANTE O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PROVA, DEVERÁ LEVAR UM ACOMPANHANTE, QUE FICARÁ COM A CRIANÇA EM SALA RESERVADA, DETERMINADA PELA COMISSÃO ORGANIZADORA. DURANTE O PROCESSO DE AMAMENTAÇÃO A CANDIDATA SERÁ ACOMPANHADA APENAS POR UMA FISCAL, DEVENDO O ACOMPANHANTE RETIRAR-SE DA SALA.

5.15. PELA CONCESSÃO À AMAMENTAÇÃO, NÃO SERÁ CONCEDIDO QUALQUER TEMPO ADICIONAL À CANDIDATA LACTANTE.

5.15. O GABARITO SERÁ DIVULGADO PELA COMISSÃO ORGANIZADORA EM ATÉ 24 HORAS DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTO, SENDO AFIXADO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA CÂMARA DE VEREADORES, NAS SEDES DO CONSELHO TUTELAR, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCAA) E DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).



5.16. A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS SERÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E AFIXADA NO MURAL DAS SEDES DO CONSELHO TUTELAR E DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCAA).

## **6. DA TERCEIRA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS**

### **6.1. DA REUNIÃO QUE AUTORIZA A CAMPANHA ELEITORAL**

6.1.1. EM REUNIÃO PRÓPRIA, A COMISSÃO ORGANIZADORA DEVERÁ DAR CONHECIMENTO FORMAL DAS REGRAS DO PROCESSO ELEITORAL AOS CANDIDATOS HABILITADOS, QUE FIRMARÃO COMPROMISSO DE RESPEITÁ-LAS, BEM COMO REFORÇAR AS DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL, NO QUE DIZ RESPEITO NOTADAMENTE:

- a) AOS VOTANTES (QUEM SÃO, DOCUMENTOS NECESSÁRIOS ETC.);
- b) ÀS REGRAS DA CAMPANHA (PROIBIÇÕES, PENALIDADES ETC.);
- c) À VOTAÇÃO (MESÁRIOS, PRESIDENTES DE MESA, FISCAIS, PRAZOS PARA RECURSO ETC.);
- d) À DEFINIÇÃO DE COMO O CANDIDATO DESEJA SER IDENTIFICADO NA CÉDULA (NOME, CODINOME OU APELIDO ETC.);
- e) À DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE CADA CANDIDATO;
- f) AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE;
- g) AOS IMPEDIMENTOS DE SERVIR NO MESMO CONSELHO, NOS TERMOS DO ARTIGO 140 DO ECA;
- h) À DATA DA POSSE.

6.1.2. A REUNIÃO SERÁ REALIZADA INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE CANDIDATOS PRESENTES.

6.1.3. O CANDIDATO QUE NÃO COMPARECER À REUNIÃO ACORDARÁ TACITAMENTE COM AS DECISÕES TOMADAS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA E PELOS DEMAIS CANDIDATOS PRESENTES.

6.1.4. A REUNIÃO DEVERÁ SER LAVRADA EM ATA, CONSTANDO A ASSINATURA DE TODOS OS PRESENTES.



6.1.5. NO PRIMEIRO DIA ÚTIL APÓS A REUNIÃO, SERÁ DIVULGADA A LISTA DEFINITIVA DOS CANDIDATOS HABILITADOS, CONSTANDO NOME COMPLETO DE CADA UM, COM INDICAÇÃO DO RESPECTIVO NÚMERO E DO NOME, CODINOME OU APELIDO QUE SERÁ UTILIZADO NA CÉDULA DE VOTAÇÃO, SENDO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E AFIXADA NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA CÂMARA DE VEREADORES, NAS SEDES DO CONSELHO TUTELAR, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCAA).

## **6.2. DA CANDIDATURA**

- a) A CANDIDATURA É INDIVIDUAL E SEM VINCULAÇÃO A PARTIDO POLÍTICO, GRUPO RELIGIOSO OU ECONÔMICO.
- b) É VEDADA A FORMAÇÃO DE CHAPAS DE CANDIDATO OU A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO MECANISMO QUE COMPROMETA A CANDIDATURA INDIVIDUAL DO INTERESSADO;

## **6.3. DOS VOTANTES:**

- a) PODERÃO VOTAR TODOS OS CIDADÃOS MAIORES DE DEZESSEIS ANOS INSCRITOS COMO ELEITORES NO MUNICÍPIO;
- b) PARA O EXERCÍCIO DO VOTO, O CIDADÃO DEVERÁ APRESENTAR-SE NO LOCAL DE VOTAÇÃO MUNIDO DE SEU TÍTULO DE ELEITOR E DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE;
- c) CADA ELEITOR DEVERÁ VOTAR EM APENAS 01 CANDIDATO;
- d) NÃO SERÁ PERMITIDO O VOTO POR PROCURAÇÃO.

## **6.4. DA CAMPANHA ELEITORAL:**

- a) A CAMPANHA ELEITORAL TERÁ INÍCIO NO DIA EM QUE FOR PUBLICADA A LISTA REFERIDA NO ITEM 6.1.5 DESTE EDITAL.
- b) OS CANDIDATOS PODERÃO PROMOVER AS SUAS CANDIDATURAS JUNTO A ELEITORES, POR MEIO DE DEBATES, ENTREVISTAS E DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS;



- c) É LIVRE A DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS, DESDE QUE NÃO PERTURBE A ORDEM PÚBLICA OU PARTICULAR;
- d) AS INSTITUIÇÕES (ESCOLA, CÂMARA DE VEREADORES, CRAS, RÁDIO, IGREJAS ETC.) QUE TENHAM INTERESSE EM PROMOVER DEBATES COM OS CANDIDATOS DEVERÃO FORMALIZAR CONVITE A TODOS AQUELES QUE ESTIVEREM APTOS A CONCORRER AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.
- e) OS DEBATES DEVERÃO TER REGULAMENTO PRÓPRIO DEVENDO SER APRESENTADO PELOS ORGANIZADORES A TODOS OS PARTICIPANTES E AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COM PELO MENOS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DE ANTECEDÊNCIA;
- f) OS DEBATES SÓ OCORRERÃO COM A PRESENÇA DE, NO MÍNIMO, 50%(CINQUENTA POR CENTO) DOS CANDIDATOS E SERÃO SUPERVISIONADOS PELO CMDCA;
- g) OS DEBATES PREVISTOS DEVERÃO PROPORCIONAR OPORTUNIDADES IGUAIS AOS CANDIDATOS NAS SUAS EXPOSIÇÕES E RESPOSTAS;
- h) OS CANDIDATOS CONVIDADOS PARA DEBATES E ENTREVISTAS DEVERÃO DAR CIÊNCIA DO TEOR DESTES EDITAIS AOS ORGANIZADORES;
- i) CABERÁ AO CANDIDATO FISCALIZAR A VEICULAÇÃO DA SUA CAMPANHA EM ESTRITA OBEDIÊNCIA A ESTES EDITAIS.

#### **6.4.1. DAS PROIBIÇÕES:**

- a) É VEDADA A PROPAGANDA, AINDA QUE GRATUITA, POR MEIO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL (JORNAL, RÁDIO OU TELEVISÃO), FAIXAS, OUTDOORS, PLACAS, CAMISAS, BONÉS E OUTROS MEIOS NÃO PREVISTOS NESTE EDITAL;
- b) É VEDADO RECEBER O CANDIDATO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DOAÇÃO EM DINHEIRO OU ESTIMÁVEL EM DINHEIRO, INCLUSIVE POR MEIO DE PUBLICIDADE DE QUALQUER ESPÉCIE, PROCEDENTE DE:
  - B.1) ENTIDADE OU GOVERNO ESTRANGEIRO;
  - B.2) ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA OU FUNDAÇÃO MANTIDA COM RECURSOS PROVENIENTES DO PODER PÚBLICO;
  - B.3) CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DE SERVIÇO PÚBLICO;



B.4) ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO QUE RECEBA, NA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA, CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA EM VIRTUDE DE DISPOSIÇÃO LEGAL;

B.5) ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA;

B.6) ENTIDADE DE CLASSE OU SINDICAL;

B.7) PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS QUE RECEBA RECURSOS DO EXTERIOR;

B.8) ENTIDADES BENEFICENTES E RELIGIOSAS;

B.9) ENTIDADES ESPORTIVAS;

B.10) ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS QUE RECEBAM RECURSOS PÚBLICOS;

B.11) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO.

c) É VEDADA A VINCULAÇÃO DO NOME DE OCUPANTES DE CARGOS ELETIVOS (VEREADORES, PREFEITOS, DEPUTADOS ETC) AO CANDIDATO;

d) É VEDADA A PROPAGANDA IRREAL OU INSIDIOSA OU QUE PROMOVA ATAQUE PESSOAL CONTRA OS CONCORRENTES;

e) É PROIBIDO AOS CANDIDATOS PROMOVEREM AS SUAS CAMPANHAS ANTES DA PUBLICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DAS CANDIDATURAS, PREVISTA NO ITEM 6.1.5;

f) É VEDADO AO CONSELHEIRO TUTELAR PROMOVER SUA CAMPANHA OU DE TERCEIROS DURANTE O EXERCÍCIO DA SUA JORNADA DE TRABALHO;

g) É VEDADO AOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROMOVER CAMPANHA PARA QUALQUER CANDIDATO;

h) É VEDADO O TRANSPORTE DE ELEITORES NO DIA DA ELEIÇÃO, SALVO SE PROMOVIDO PELO PODER PÚBLICO E GARANTIDO O LIVRE ACESSO AOS ELEITORES EM GERAL;

i) NÃO SERÁ PERMITIDO QUALQUER TIPO DE PROPAGANDA NO DIA DA ELEIÇÃO, EM QUALQUER LOCAL PÚBLICO OU ABERTO AO PÚBLICO, SENDO QUE A AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS PORTANDO INSTRUMENTOS DE PROPAGANDA CARACTERIZA MANIFESTAÇÃO COLETIVA, COM OU SEM UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS;



j) É VEDADO AO CANDIDATO DOAR, OFERECER, PROMOVER OU ENTREGAR AO ELEITOR BEM OU VANTAGEM PESSOAL DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE BRINDES DE PEQUENO VALOR, TAIS COMO CAMISETAS, CHAVEIROS, BONÉS, CANETAS OU CESTAS BÁSICAS.

#### **6.4.2. DAS PENALIDADES:**

- a) O CANDIDATO QUE NÃO OBSERVAR OS TERMOS DESTES EDITAIS PODERÁ TER A SUA CANDIDATURA IMPUGNADA PELA COMISSÃO ORGANIZADORA;
- b) AS DENÚNCIAS RELATIVAS AO DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS DA CAMPANHA ELEITORAL DEVERÃO SER FORMALIZADAS, INDICANDO NECESSARIAMENTE OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS, JUNTO À REFERIDA COMISSÃO ORGANIZADORA E PODERÃO SER APRESENTADAS PELO CANDIDATO QUE SE JULGUE PREJUDICADO OU POR QUALQUER CIDADÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE 2 (DOIS) DIAS DO FATO.

B.1) O PRAZO SERÁ COMPUTADO EXCLUINDO O DIA DA CONCRETIZAÇÃO DO FATO E INCLUINDO O DIA DO VENCIMENTO.

B.2) CONSIDERA-SE PRORROGADO O PRAZO ATÉ O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE SE O VENCIMENTO CAIR EM FERIADO OU EM FINAIS DE SEMANA.

- c) SERÁ PENALIZADO COM O CANCELAMENTO DO REGISTRO DA CANDIDATURA OU A PERDA DO MANDATO O CANDIDATO QUE FIZER USO DE ESTRUTURA PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DE CAMPANHA OU PROPAGANDA;
- d) A PROPAGANDA IRREAL, INSIDIOSA OU QUE PROMOVA ATAQUE PESSOAL CONTRA OS CONCORRENTES SERÁ ANALISADO PELA COMISSÃO ORGANIZADORA QUE, ENTENDENDO-A IRREGULAR, DETERMINARÁ A SUA IMEDIATA SUSPENSÃO.

#### **6.5. DA VOTAÇÃO:**

6.5.1. A VOTAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 01/10/2023, EM LOCAL E HORÁRIO DEFINIDOS POR EDITAL DA COMISSÃO ORGANIZADORA, A SER DIVULGADO COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 20 (VINTE) DIAS, NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA CÂMARA DE VEREADORES, NAS SEDES DO CONSELHO



TUTELAR, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS);

- a) ÀS 16:30 H DO DIA DA ELEIÇÃO SERÃO DISTRIBUÍDAS SENHAS AOS PRESENTES QUE SE ENCONTRAREM NAS FILAS DE VOTAÇÃO, PARA ASSEGURAR-LHES O DIREITO DE VOTAR;
- b) SOMENTE PODERÃO VOTAR OS CIDADÃOS QUE APRESENTAREM O TÍTULO DE ELEITOR, ACOMPANHADO DE DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE;
- c) APÓS A IDENTIFICAÇÃO, O VOTANTE ASSINARÁ A LISTA DE PRESENÇA E PROCEDERÁ A VOTAÇÃO;
- d) O VOTANTE QUE NÃO SOUBER OU NÃO PUDER ASSINAR, USARÁ A IMPRESSÃO DIGITAL COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO;
- e) OS CANDIDATOS PODERÃO FISCALIZAR OU INDICAR UM FISCAL E UM SUPLENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO;
- f) O NOME DO FISCAL E DO SUPLENTE DEVERÁ SER INDICADO À COMISSÃO ORGANIZADORA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS ANTES DO DIA DA VOTAÇÃO;
- g) NO DIA DA VOTAÇÃO O FISCAL DEVERÁ ESTAR IDENTIFICADO COM CRACHÁ.

6.5.2. SERÁ UTILIZADO NO PROCESSO O VOTO COM CÉDULA OU ELETRÔNICO.

6.5.3. SERÁ CONSIDERADO INVÁLIDO O VOTO:

- a) CUJA CÉDULA CONTENHA MAIS DE 01 (UM) CANDIDATO ASSINALADO;
- b) CUJA CÉDULA NÃO ESTIVER RUBRICADA PELOS MEMBROS DA MESA DE VOTAÇÃO;
- c) CUJA CÉDULA NÃO CORRESPONDER AO MODELO OFICIAL;
- d) EM BRANCO;
- e) QUE TIVER O SIGILO VIOLADO.

## **6.6. DA MESA DE VOTAÇÃO**



6.6.1. AS MESAS DE VOTAÇÃO SERÃO COMPOSTAS POR MEMBROS DO CMDCAA E/OU SERVIDORES MUNICIPAIS, DEVIDAMENTE CADASTRADOS.

6.6.2. NÃO PODERÁ COMPOR A MESA DE VOTAÇÃO O CANDIDATO INSCRITO E SEUS PARENTES: MARIDO E MULHER, ASCENDENTES E DESCENDENTES (AVÓS, PAIS, FILHOS, NETOS...), SOGRO E GENRO OU NORA, IRMÃOS, CUNHADOS DURANTE O CUNHADIO, TIO E SOBRINHO, PADRASTO OU MADRASTA E ENTEADO.

6.6.3. COMPETE A CADA MESA DE VOTAÇÃO:

- a) SOLUCIONAR, IMEDIATAMENTE, DIFICULDADE OU DÚVIDA QUE OCORRA DURANTE A VOTAÇÃO;
- b) LAVRAR A ATA DE VOTAÇÃO, ANOTANDO EVENTUAIS OCORRÊNCIAS;
- c) REALIZAR A APURAÇÃO DOS VOTOS, LAVRANDO A ATA ESPECÍFICA;
- d) REMETER A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO DE ESCOLHA À COMISSÃO ORGANIZADORA;

#### **6.7. DA APURAÇÃO E DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS:**

- a) CONCLUÍDA A VOTAÇÃO E A CONTAGEM DOS VOTOS DE CADA SEÇÃO, OS MEMBROS DA MESA DEVERÃO LAVRAR A ATA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO, EXTRAINDO O RESPECTIVO BOLETIM DE URNA E, EM SEGUIDA, ENCAMINHÁ-LOS, SOB A RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA MESA, AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA.
- b) A COMISSÃO ORGANIZADORA, DE POSSE DE TODOS OS BOLETINS DE URNA, FARÁ A CONTAGEM FINAL DOS VOTOS E, EM SEGUIDA, AFIXARÁ, NO LOCAL ONDE OCORREU A APURAÇÃO FINAL, O RESULTADO DA CONTAGEM FINAL DOS VOTOS.
- c) O PROCESSO DE APURAÇÃO OCORRERÁ SOB SUPERVISÃO DO CMDCAA.
- d) O RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO DEVERÁ SER PUBLICADO OFICIALMENTE NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, E AFIXADO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA CÂMARA DE VEREADORES, NAS SEDES DO CONSELHO TUTELAR, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), ABRINDO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, CONFORME ITEM 9.2 DESTE EDITAL.



- e) OS 05 (CINCO) PRIMEIROS CANDIDATOS MAIS VOTADOS SERÃO CONSIDERADOS ELEITOS E SERÃO NOMEADOS E EMPOSSADOS COMO CONSELHEIROS TUTELARES TITULARES, FICANDO TODOS OS SEGUINTE, OBSERVADA A ORDEM DECRESCENTE DE VOTAÇÃO, COMO SUPLENTE.
- f) NA HIPÓTESE DE EMPATE NA VOTAÇÃO, SERÁ CONSIDERADO ELEITO O CANDIDATO QUE, SUCESSIVAMENTE:
- I. APRESENTAR MELHOR DESEMPENHO NA PROVA DE CONHECIMENTO;
  - II. APRESENTAR MAIOR TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;
  - III. RESIDIR A MAIS TEMPO NO MUNICÍPIO;
  - IV. TIVER MAIOR IDADE.

## **7. DOS IMPEDIMENTOS**

7.1. SÃO IMPEDIDOS DE SERVIR NO MESMO CONSELHO TUTELAR OS CÔNJUGES, COMPANHEIROS, MESMO QUE EM UNIÃO HOMOAFETIVA, OU PARENTES EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, INCLUSIVE.

7.2. ESTENDE-SE O IMPEDIMENTO DO CONSELHEIRO EM RELAÇÃO À AUTORIDADE JUDICIÁRIA E AO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM ATUAÇÃO NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE NA COMARCA.

7.3. EXISTINDO CANDIDATOS IMPEDIDOS DE ATUAR NUM MESMO CONSELHO TUTELAR E QUE OBTENHAM VOTAÇÃO SUFICIENTE PARA FIGURAREM ENTRE OS 05 (CINCO) PRIMEIROS LUGARES, CONSIDERAR-SE-Á ELEITO AQUELE QUE TIVER MAIOR VOTAÇÃO. O OUTRO ELEITO SERÁ RECLASSIFICADO COMO 1º (PRIMEIRO) SUPLENTE, ASSUMINDO NA HIPÓTESE DE VACÂNCIA E DESDE QUE NÃO EXISTA IMPEDIMENTO.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. SERÁ ADMITIDO RECURSO QUANTO:

- a) AO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO DO CANDIDATO.
- b) À APLICAÇÃO E ÀS QUESTÕES DA PROVA DE CONHECIMENTO;
- c) AO RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO;



- d) À ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS;
- e) AO RESULTADO FINAL.

8.2. O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SERÁ DE 2 (DOIS) DIAS APÓS A CONCRETIZAÇÃO DO EVENTO QUE LHESS DISSER RESPEITO (PUBLICAÇÃO DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO, APLICAÇÃO DA PROVA, QUESTÕES DA PROVA, PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA, ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS, PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL).

8.2.1 O PRAZO SERÁ COMPUTADO EXCLUINDO O DIA DA CONCRETIZAÇÃO DO EVENTO E INCLUINDO O DIA DO VENCIMENTO.

8.2.2 CONSIDERA-SE PRORROGADO O PRAZO ATÉ O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE SE O VENCIMENTO CAIR EM FERIADO OU EM FINAIS DE SEMANA.

8.3. ADMITIR-SE-Á UM ÚNICO RECURSO POR CANDIDATO, PARA CADA EVENTO REFERIDO NO ITEM 8.1 DESTE EDITAL, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO, SENDO DESCONSIDERADO RECURSO DE IGUAL TEOR.

8.4. OS RECURSOS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SEDE DO CMDCAA NO ENDEREÇO RUA JOAQUIM DE ANDRADE, 40- CENTRO –ARARUAMA –RJ.

8.5. O RECURSO INTERPOSTO FORA DO RESPECTIVO PRAZO NÃO SERÁ ACEITO.

8.6. NÃO SERÃO ACEITOS OS RECURSOS INTERPOSTOS EM PRAZO DESTINADO A EVENTO DIVERSO DO QUESTIONADO.

8.7. OS CANDIDATOS DEVERÃO ENVIAR O RECURSO EM 02 (DUAS) VIAS (ORIGINAL E 01 CÓPIA). OS RECURSOS DEVERÃO SER DIGITADOS.

8.8. QUANTO AO RECURSO REFERENTE AO ITEM 8.1, C DEVE-SE OBSERVAR: CADA QUESTÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM FOLHA SEPARADA, IDENTIFICADA CONFORME MODELO ASSEGURADO PELO CMDCAA.

8.9. CABE À COMISSÃO ORGANIZADORA DECIDIR, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO, SOBRE OS RECURSOS NO PRAZO DE 2 (DOIS) DIAS.

8.9.1 O PRAZO SERÁ COMPUTADO EXCLUINDO O DIA DO RECEBIMENTO DO RECURSO E INCLUINDO O DIA DO VENCIMENTO.

8.9.2 CONSIDERA-SE PRORROGADO O PRAZO ATÉ O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE SE O VENCIMENTO CAIR EM FERIADO OU EM FINAIS DE SEMANA.



8.10. DA DECISÃO DA COMISSÃO, CABERÁ RECURSO AO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE DECIDIRÁ, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO, EM IGUAL PRAZO.

8.11. O(S) PONTO(S) RELATIVO(S) À(S) QUESTÃO (ÕES) EVENTUALMENTE ANULADA(S) SERÁ(ÃO) ATRIBUÍDO(S) A TODOS OS CANDIDATOS PRESENTES À PROVA, INDEPENDENTEMENTE DE FORMULAÇÃO DE RECURSO.

8.12. O GABARITO DIVULGADO PODERÁ SERÁ ALTERADO, EM FUNÇÃO DOS RECURSOS IMPETRADOS, E AS PROVAS SERÃO CORRIGIDAS DE ACORDO COM O GABARITO OFICIAL DEFINITIVO.

8.13. NA OCORRÊNCIA DO DISPOSTO NOS ITENS 8.9 E 8.10, PODERÁ HAVER, EVENTUALMENTE, ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL OBTIDA PARA UMA CLASSIFICAÇÃO SUPERIOR OU INFERIOR, OU, AINDA, PODERÁ OCORRER A DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO QUE NÃO OBTIVER A NOTA MÍNIMA EXIGIDA PARA A PROVA.

8.14. AS DECISÕES DOS RECURSOS SERÃO DADAS A CONHECER AOS CANDIDATOS POR MEIO DE DIVULGAÇÃO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL E NA SEDE DO CMDCA E FICARÃO DISPONIBILIZADOS DURANTE TODO O PERÍODO DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA.

## **9. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO.**

9.1. DECIDIDOS OS EVENTUAIS RECURSOS, A COMISSÃO ORGANIZADORA DEVERÁ DIVULGAR O RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ESCOLHA COM A RESPECTIVA HOMOLOGAÇÃO DO CMDCA, NO PRAZO DE 2 (DOIS) DIAS.

9.2. APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA, O CMDCA DEVERÁ DIPLOMAR OS CANDIDATOS ELEITOS E SUPLENTE, NO PRAZO DE 03 DIAS.

9.3. APÓS A DIPLOMAÇÃO, O CMDCA TERÁ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS PARA COMUNICAR O PREFEITO MUNICIPAL DA REFERIDA DIPLOMAÇÃO.

9.4. O PREFEITO MUNICIPAL, APÓS A COMUNICAÇÃO DA DIPLOMAÇÃO, DEVERÁ NOMEAR OS 05 (CINCO) CANDIDATOS MAIS BEM VOTADOS, FICANDO TODOS OS DEMAIS, OBSERVADA A ORDEM DECRESCENTE DE VOTAÇÃO, COMO SUPLENTE.



9.5. CABERÁ AO PREFEITO MUNICIPAL OU A QUEM ELE DESIGNAR DAR POSSE AOS CONSELHEIROS TITULARES ELEITOS EM 10 DE JANEIRO DE 2024, DATA EM QUE SE ENCERRA O MANDATO DOS CONSELHEIROS TUTELARES EM EXERCÍCIO.

9.5.1. A CONVOCAÇÃO DOS CONSELHEIROS PARA A POSSE SERÁ REALIZADA POR MEIO DE EDITAL, A SER PUBLICADO EM TODOS OS LOCAIS ONDE O EDITAL TIVER SIDO AFIXADO, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 10 (DEZ) DIAS.

9.6. O CANDIDATO ELEITO QUE DESEJAR RENUNCIAR A SUA VAGA NO CONSELHO TUTELAR DEVERÁ MANIFESTAR, POR ESCRITO, SUA DECISÃO AO CMDCAA.

9.7. O CANDIDATO ELEITO QUE, POR QUALQUER MOTIVO, MANIFESTAR A INVIABILIDADE DE TOMAR POSSE E ENTRAR EM EXERCÍCIO, NESSE MOMENTO, PODERÁ REQUERER A SUA DISPENSA JUNTO AO CMDCA, POR ESCRITO, SENDO AUTOMATICAMENTE RECLASSIFICADO COMO ÚLTIMO SUPLENTE.

9.8. O CANDIDATO ELEITO QUE NÃO FOR LOCALIZADO PELO CMDCAA AUTOMATICAMENTE SERÁ RECLASSIFICADO COMO ÚLTIMO SUPLENTE.

9.9. SE NA DATA DA POSSE O CANDIDATO ESTIVER IMPEDIDO DE ASSUMIR AS FUNÇÕES EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES OU DO GOZO DE DIREITOS DECORRENTES DA SUA RELAÇÃO DE TRABALHO ANTERIOR, OU AINDA NA HIPÓTESE DE COMPROVADA PRESCRIÇÃO MÉDICA, A SUA ENTRADA EM EXERCÍCIO SERÁ POSTERGADA PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO TÉRMINO DO IMPEDIMENTO.

9.10. NO MOMENTO DA POSSE, O ESCOLHIDO ASSINARÁ DOCUMENTO NO QUAL CONSTE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXERCE ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E CIÊNCIA DE SEUS DIREITOS E DEVERES, OBSERVADAS AS VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. O PROCESSO DE ESCOLHA PARA O CONSELHO TUTELAR OCORRERÁ COM O NÚMERO MÍNIMO DE DEZ PRETENDENTES DEVIDAMENTE HABILITADOS.



10.2. CASO O NÚMERO DE PRETENDENTES HABILITADOS SEJA INFERIOR A DEZ, O CMDCAA PODERÁ SUSPENDER O TRÂMITE DO PROCESSO DE ESCOLHA E REABRIR O PRAZO PARA INSCRIÇÃO DE NOVAS CANDIDATURAS, SEM PREJUÍZO DA GARANTIA DE POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS AO TÉRMINO DO MANDATO EM CURSO.

10.3. EM QUALQUER CASO O CMDCA ENVIDARÁ ESFORÇOS PARA QUE O NÚMERO DE CANDIDATOS SEJA O MAIOR POSSÍVEL, DE MODO A AMPLIAR AS OPÇÕES DE ESCOLHA PELOS ELEITORES E OBTER UM NÚMERO MAIOR DE SUPLENTE.

10.4. OS ITENS DESTE EDITAL PODERÃO SOFRER EVENTUAIS ALTERAÇÕES, ATUALIZAÇÕES OU ACRÉSCIMOS ENQUANTO NÃO CONSUMADA A PROVIDÊNCIA OU EVENTO QUE LHESS DISSER RESPEITO, CIRCUNSTÂNCIA QUE SERÁ COMUNICADA EM ATO COMPLEMENTAR AO EDITAL A SER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E AFIXADO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA CÂMARA DE VEREADORES, NAS SEDES DO CONSELHO TUTELAR, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) E DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

10.5. É DA INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO O ACOMPANHAMENTO DA PUBLICAÇÃO DE TODOS OS ATOS E RESULTADOS REFERENTES A ESTE PROCESSO DE ESCOLHA.

10.6. A ATUALIZAÇÃO DO ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO E DEVERÁ SER FEITA, MEDIANTE PROTOCOLO, NA SEDE DO CMDCAA.

10.7. OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO CANDIDATO DURANTE TODO O PROCESSO PODERÃO, A QUALQUER TEMPO, SER OBJETO DE CONFERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA VERACIDADE DO SEU TEOR POR PARTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA, E NO CASO DE CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADE OU FALSIDADE, A INSCRIÇÃO SERÁ CANCELADA INDEPENDENTEMENTE DA FASE EM QUE SE ENCONTRE, COMUNICANDO O FATO AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS.



10.8. AS OCORRÊNCIAS NÃO PREVISTAS NESTE EDITAL, OS CASOS OMISSOS E OS CASOS DUVIDOSOS SERÃO RESOLVIDOS, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO, PELA COMISSÃO ORGANIZADORA.

10.9. TODAS AS DECISÕES DA COMISSÃO ORGANIZADORA OU DO PLENÁRIO DO CMDCA SERÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS.

10.10. TODO O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES SERÁ REALIZADO SOB A FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, O QUAL TERÁ CIÊNCIA DE TODOS OS ATOS PRATICADOS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA, PARA GARANTIR A FIEL EXECUÇÃO DA LEI E DESTE EDITAL.

10.11. OS MEMBROS ESCOLHIDOS COMO CONSELHEIROS TUTELARES TITULARES E OS SUPLENTE, NO PRIMEIRO MÊS DE EXERCÍCIO FUNCIONAL, SUBMETER-SE-ÃO A ESTUDOS SOBRE A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO E AOS TREINAMENTOS PRÁTICOS NECESSÁRIOS, PROMOVIDOS POR UMA COMISSÃO OU INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA, SOB A RESPONSABILIDADE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DA SECRETARIA À QUAL ESTÁ VINCULADO.

10.13. O PROCESSO ELEITORAL SERÁ ORGANIZADO CONFORME CALENDÁRIO A SER POSTERIORMENTE PUBLICADO E AFIXADO NOS LOCAIS DETERMINADOS.

10.14. ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ARARUAMA, 13 DE MARÇO DE 2023.

---

Anderson dos Santos  
PRESIDENTE DO CMDCAA